

Superofensiva pela CPMF

J. FREITAS/AGÊNCIA SENADO

Manuela Borges

Com a normalização dos trabalhos no Senado, sem a presença do presidente licenciado Renan Calheiros (PMDB-AL) no comando, o governo começa a traçar uma estratégia de negociação para aprovar a prorrogação da CPMF até 2011.

Assim como ocorreu na Câmara dos Deputados, o Senado receberá o esquadrão dos defensores da CPMF em uma tentativa de conseguir provar aos senadores contrários à continuidade do tributo, que os cerca de R\$ 38 bilhões que devem ser arrecadados em 2008 são essenciais para manter programas como o Bolsa Família e os repasses essenciais ao funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS). Hoje mesmo, às 11h30, o presidente em exercício, José Alencar acompanhado dos ministros Guido Mantega (Fazenda), Paulo Bernardo (Planejamento) e José Gomes Temporão (Saúde) se reunirão com o presidente interino do Senado, Tião Viana (PT-AC) e

com os líderes partidários para expor a necessidade de se manter o tributo "provisório".

Embora o governo já tenha dito que não aceitará mudanças no texto aprovado pela Câmara – sob pena de não conseguir aprovar a continuidade do imposto cheque antes do dia 20 de dezembro – o petista Aloísio Mercadante (SP) admite que a CPMF deverá ser aperfeiçoada no Senado. Segundo ele, este foi o entendimento construído durante a primeira reunião de líderes presidida por Tião Viana. "Ficou acertado que trataremos da CPMF dentro de um contexto mais amplo da reforma tributária. O texto também deverá ser aprimorado", defendeu.

Questionado se com a alteração a matéria seria obrigada – regimentalmente – a voltar para a Câmara, Mercadante foi taxativo. "Basta ter boa vontade política. O processo do trâmite legislativo nós conseguimos resolver", acredita o senador.

De acordo com o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR) a grande preocupação do presidente Lula é

justamente com a mudança do texto apresentado pelo executivo. "Queremos, com a presença dos ministros, construir uma proposta em conjunto com a oposição e montar um cronograma para aprovarmos a matéria antes do dia 20 de dezembro", afirma o líder.

■ Prazo na CCJ

Ontem começou a contar o prazo de tramitação da CPMF na Comissão de Constituição e Justiça, da qual a senadora Kátia Abreu (DEM-TO) é a relatora da matéria. "A CPMF demorou cinco meses para ser votada na Câmara, onde o governo tem maioria. Aqui, eles querem que a gente aprove a toque de caixa. Isto não acontecerá. Utilizarei os 30 dias regimentais para que a matéria seja discutida na CCJ", explica Kátia Abreu.

Segundo ela, seu relatório será pela extinção pura e simples do tributo, como já fecharam questão os democratas e tucanos. A ala governista pretende utilizar todos os recursos e prazos regimentais para protelar ao máximo a votação do imposto.



■ SEGUNDO O PETISTA MERCADANTE, TEXTO APROVADO NA CÂMARA DEVERÁ SER MODIFICADO NO SENADO